



Câmara dos Deputados

**REQUERIMENTO Nº _____ de 2003.
(Do Sr. Henrique Afonso)**

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, para debater o tema **“Direitos Intelectuais das Populações Tradicionais: Reconhecimento e Repartição de Benefícios”**.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, a Senhora **Manuela Ligeti Carneiro da Cunha**, “Full Professor” ,do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago e Membro da Academia Brasileira de Ciências, e um representante do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - Ministério do Meio Ambiente, para debater o tema “Direitos Intelectuais das Populações Tradicionais: Reconhecimento e Repartição de Benefícios”.

JUSTIFICATIVA

Várias organizações e grupos indígenas e não - indígenas, pesquisadores, vêm denunciando o uso e apropriação do conhecimento tradicional dos indígenas, sem autorização e sem o devido retorno financeiro ou social para as comunidades, bem como roubo de plantas, sementes, etc.

Entretanto, tem um lado do problema da biopirataria que não é tão divulgado e publicado: os direitos ignorados das populações tradicionais,



Câmara dos Deputados

principalmente os indígenas, o não reconhecimento dos direitos sobre os recursos biológicos, genéticos e intelectuais. Em muitos casos as populações tradicionais são responsáveis pela conservação ambiental, mas são privadas de direitos territoriais e da autoridade de manejo milenar.

Ainda não cumprimos a Convenção da Diversidade Biológica, da qual somos signatários, em que os países precisam reconhecer e garantir como propriedade intelectual o conhecimento tradicional, e que estas populações recebam benefícios. Aí temos um problema ético em relação aos seus direitos. Esta questão precisa encontrar eco na sociedade, nesta Casa e nas instâncias do Governo, por isso propomos tal audiência.

Sala de Sessões, de junho de 2003

Deputado Henrique Afonso – PT/ AC